

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.192 - MG (2018/0244837-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JEFFERSON GILVAM DE SOUZA SANTANA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JEFFERSON GILVAM DE SOUZA SANTANA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.069464-8/000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, sendo a custódia convertida em preventiva, pela suposta prática do crime previsto no artigo 12 da Lei n. 10.826/2003.

Irresignada com a imposição da prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. A ordem, contudo, foi denegada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 203):

EMENTA: "HABEAS CORPUS". POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO. PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO QUANTO, AO SEGUNDO E TERCEIRO PACIENTES. PERDA DO OBJETO. PREJUDICIALIDADE. QUANTO AO PRIMEIRO PACIENTE. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DA MEDIDA RESTRITIVA. HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. REINCIDÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. NULIDADE DA PRISÃO. DESCABIMENTO. CONVERSÃO DA PRISÃO FLAGRANCIAL EM PREVENTIVA. NOVO TÍTULO JUDICIAL. QUESTÃO SUPERADA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. IMPETRAÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PREJUDICADA. PARTE NÃO PREJUDICADA DENEGADA.

- Levando-se em consideração que o 2º e 3º pacientes fora colocados em liberdade, julga-se prejudicado o writ, pela perda

do objeto.

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se o decreto prisional encontra-se adequadamente fundamentado nos requisitos previstos no art. 312 do CPP, a fim de garantir a ordem pública.

- Evidenciada a periculosidade do agente, a prisão preventiva é medida que se impõe.

- Levando-se em consideração a conversão da prisão flagrancial em preventiva, fica superada a alegação de nulidade na ausência de apresentação do preso ao Juízo de origem, logo após o flagrante.

No presente recurso (e-STJ fls. 217/233), a defesa alega, em síntese, a ilegalidade da prisão do recorrente diante da não realização de audiência de custódia, circunstância que tornaria *o auto de prisão em flagrante ou os atos que convolaram a prisão preventiva em ilegal* (e-STJ fl. 222).

Assevera, ainda, a necessidade de *declaração incidenter tantum da inconstitucionalidade do disposto do art. 306 do Código de Processo Penal para que haja interpretação conforme a constituição de modo a fazer com que a apresentação do preso à autoridade judiciária passe a fazer parte dos atos processuais previstos, por ofensa ao princípio da igualdade processual das partes em juízo, além do descumprimento ao Pacto de São José da Costa Rica* (e-STJ fl. 226).

Declara a ilegalidade da prisão preventiva diante da ausência dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, afirmando que o Magistrado ter-se-ia baseado apenas na gravidade abstrata do delito para demonstrar a necessidade de aplicação da medida.

Ressalta a possibilidade de aplicação das medidas cautelares do artigo 319 do CPP, principalmente diante da desproporcionalidade da prisão, uma vez que o paciente poderá cumprir pena em regime menos gravoso que o fechado em caso de eventual condenação.

Pugna, liminarmente e no mérito, pelo relaxamento da prisão

ou revogação da prisão preventiva, mediante aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 242/247), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 253/254).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, em 26/10/2018, foi concedida a liberdade provisória ao recorrente.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 11 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator